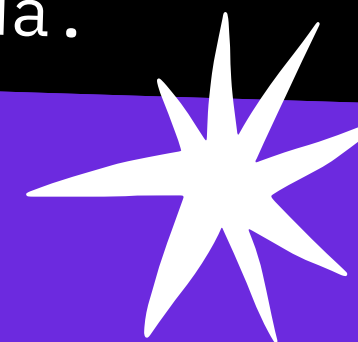




COISAS DE DIREITOS HUMANOS

Faça valer seus direitos.

Construa sua identidade
cidadã.



DIREITOS HUMANOS: DECIDA POR CONHECIMENTO, IDENTIFICAÇÃO, CRIAÇÃO E EXERCÍCIOS COMO CIDADÃOS



**Autoria, Pesquisa e Imagens:
Shelton Dallabernardina
Rubia Tabachi Pereira Dallabernardina**

**Realização: Pro-Filo
Programa de Mestrado profissional em filosofia**

**Designer:
Rubia Tabachi Pereira Dallabernardina
Ana Beatriz TabachiDallabernardina**



SERRA-ES, 2026



Programa de Mestrado Profissional em Filosofia

DIREITOS HUMANOS: DECIDA POR CONHECIMENTO, IDENTIFICAÇÃO, CRIAÇÃO E EXERCÍCIOS COMO CIDADÃOS

O Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) é um programa de pós-graduação destinado a ofertar curso de mestrado em Filosofia, “na modalidade mestrado profissional, em rede, com abrangência nacional, aos professores de Filosofia na Educação Básica preferencialmente aqueles que atuam nas escolas das redes públicas de ensino”. O mestrado profissional é uma oportunidade que têm os professores da educação básica, de se qualificarem e aumentarem seus rendimentos por hora-aula de ensino com a pós-graduação. O modelo proposto no mestrado profissional pelo PRO-FILO oportuniza a vivência prática de ensino aos professores na escola, a experiência prática do filosofar aos estudantes em sala de aula através de uma intervenção prática-pedagógica de ensino com orientações de docente inscritos no PRO-FILO, docentes professores universitários de instituições públicas e privadas em todo o Brasil.



PREFÁCIO

A luta pelos direitos humanos no Brasil é marcada por avanços importantes, mas também por desafios persistentes. Desde a redemocratização, o país tem se esforçado para consolidar uma cultura de respeito à dignidade humana, construindo leis e políticas públicas que reconhecem a igualdade, a liberdade e a justiça como pilares fundamentais da vida social. No entanto, a distância entre o que está garantido no papel e o que se concretiza na realidade ainda é grande.

Ao longo das últimas décadas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e inúmeras pessoas comprometidas com a defesa da vida e da cidadania têm protagonizado uma luta constante por direitos básicos — como educação, saúde, moradia, segurança e participação política — e também pelo reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, incluindo mulheres, crianças, população negra, povos indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Esse percurso não é linear, enfrenta retrocessos, tensões políticas e resistências. Mas é justamente nesse cenário que se destaca a importância da educação em direitos humanos. Ela fortalece a compreensão de que esses direitos pertencem a todas as pessoas, independentemente de origem, condição social, identidade ou crença, e de que sua defesa depende do engajamento coletivo.

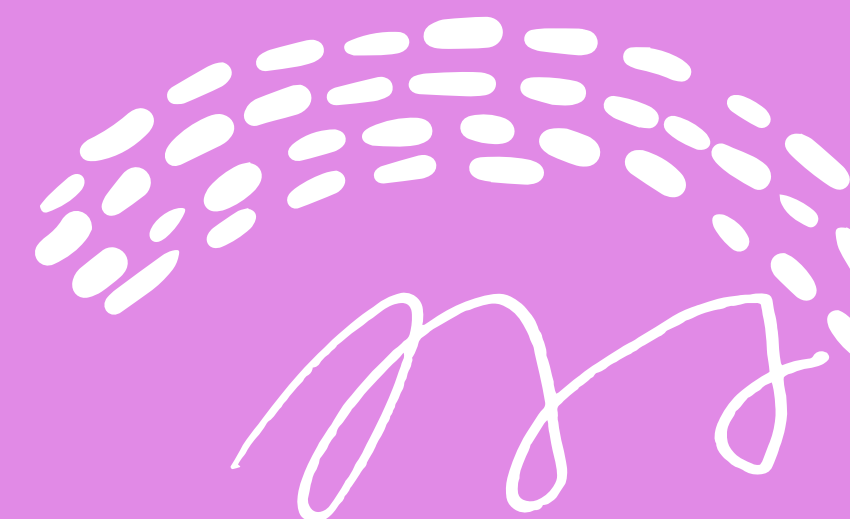
Esta cartilha nasce como parte desse compromisso, oferecer informações claras, acessíveis e transformadoras, contribuindo para que mais pessoas conheçam seus direitos, reconheçam violações e fortaleçam práticas de respeito e solidariedade. Que este material inspire novas reflexões e ações, ajudando a construir um Brasil mais justo, democrático e humano.



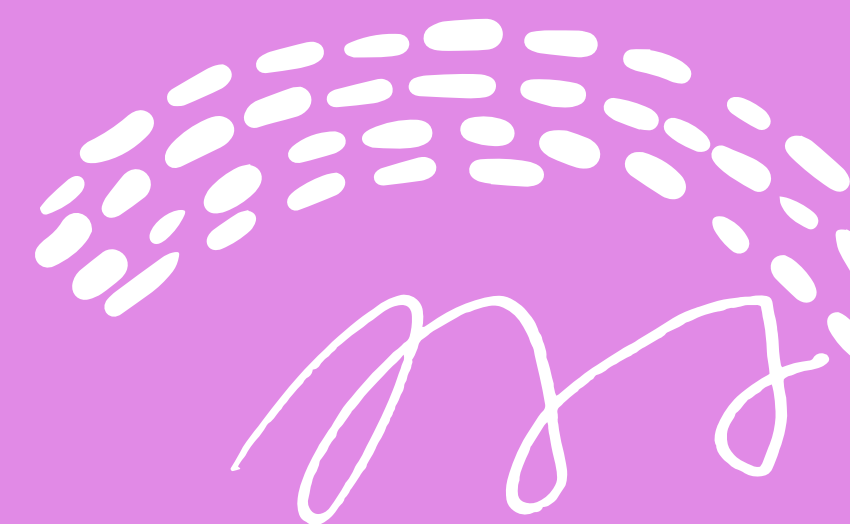
Shelton Dallabernardina

SUMÁRIO

- 01 - Introdução
- 02 - O que são direitos humanos
- 03 - Dignidade
- 04 - Direitos civis, políticos e sociais
- 05 - Garantias fundamentais
- 06 - Situações reais do dia a dia em que os direitos humanos estão presentes
- 07 - Exemplos práticos de violações de direitos humanos relacionados à escola e à comunidade
- 08 - Exclusão, violência, preconceito e desigualdades
- 09 - O papel do cidadão na garantia dos próprios direitos humanos
- 10 - Formas de participação democrática (conselhos, movimentos, iniciativas locais)
- 11 - Por que aprender sobre direitos humanos no Brasil?
- 12 - Como a escola contribui para a sua formação em direitos humanos
- 13 - Qual é a importância da participação cidadã quando a questão é direitos humanos
- 14 - O Objetivo da pesquisa realizada em sala de aula
- 15 - Dados quantitativos da pesquisa em sala de aula (gráficos, percentuais, respostas objetivas)



- 16 - Principais percepções dos estudantes capixabas sobre os direitos humanos
- 17 - O que os dados revelam sobre o conhecimento e a vivência em direitos humanos pelos estudantes capixabas antes e depois de estudarem esses direitos na escola
- 18 - Pontos de atenção e aspectos positivos identificados no aprendizado dos direitos humanos na escola
- 19 - Trechos selecionados de falas e comentários dos estudantes capixabas a respeito dos estudos sobre direitos humanos
- 20 - Como reconhecer uma violação de direitos humanos
- 21 - Passos práticos para conhecer, identificar, criar e exercer os direitos humanos no Brasil
- 22 - A quem procurar quando sofremos ou presenciamos uma violação de direitos humanos no Brasil
- 23 - Boas práticas e iniciativas de estudantes para estudar os direitos humanos na escola e além dela
- 24 - Atitudes que promovem o respeito aos direitos humanos no Brasil
- 25 - A colaboração, empatia e mediação de conflitos proporcionados pelo conhecimento dos direitos humanos e da filosofia no Brasil
- 26 - As igualdades racial e de gênero, a diversidade sexual e a inclusão pelo viés dos direitos humanos e da filosofia no Brasil
- 27 - Por que proteger a diversidade e fortalecer a democracia no Brasil com uma educação em direitos humanos nas escolas
- 28 - Convite ao engajamento
- 29 - Considerações finais
- 30 - Agradecimentos
- 31 - Referências



INTRODUÇÃO

A compreensão dos direitos humanos é um passo essencial para o fortalecimento da cidadania e da convivência democrática. No cotidiano, esses direitos se manifestam em gestos simples como o acesso à educação, o respeito às diferenças, a proteção contra violências, a participação nas decisões que afetam nossas vidas. Contudo, para que possam ser plenamente exercidos, é preciso conhecê-los, reconhecê-los e integrá-los às práticas individuais e coletivas os direitos humanos pela filosofia.

Esta cartilha, intitulada “Direitos Humanos: Decida pelo Conhecimento, Identificação, Criação e Exercícios como Cidadãos”, nasce com o propósito de aproximar esse tema de forma acessível e transformadora. Aqui, você encontrará explicações claras sobre conceitos fundamentais, exemplos presentes na realidade escolar e comunitária, além de reflexões que convidam à ação consciente.

Mais do que uma leitura informativa, esta cartilha pretende ser um instrumento de formação cidadã. Ao compreender como os direitos humanos foram construídos, como se manifestam na vida diária e como podem ser defendidos e ampliados, cada pessoa se torna capaz de contribuir para ambientes mais justos, seguros e igualitários. É nessa jornada de conhecimento e prática que fortalecemos valores como respeito, solidariedade e responsabilidade social.

Convidamos você a explorar estas páginas com curiosidade e senso crítico. Que este material sirva como ponto de partida para diálogos, aprendizagens e iniciativas que promovam o reconhecimento e o exercício dos direitos de todos os professores, alunos e demais interessados nos direitos humanos.

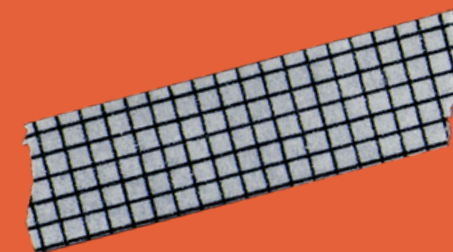


No Brasil, direitos humanos são um conjunto de direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal e por tratados internacionais dos quais o país é signatário. Eles têm como objetivo assegurar a dignidade, a liberdade, a igualdade e o bem-estar de todas as pessoas, sem discriminação de qualquer tipo.

Em termos simples, direitos humanos são aquilo que toda pessoa precisa para viver com dignidade, desde o nascimento até o fim da vida.

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são um conjunto de direitos e garantias fundamentais



DIGNIDADE

A dignidade humana é um princípio fundamental que reconhece que toda pessoa tem um valor próprio e inviolável, devendo ser tratada com respeito, igualdade e proteção pelo Estado e pela sociedade. Esse princípio está no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que coloca a dignidade da pessoa humana como um dos pilares da República.





DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS



Os direitos civis protegem as liberdades individuais e garantem que cada pessoa possa viver sem abusos ou interferências indevidas do Estado ou de outras pessoas.


Os direitos políticos garantem que as pessoas possam participar das decisões coletivas e da organização do Estado. São eles que permitem o exercício da cidadania ativa.

Os direitos sociais asseguram as condições mínimas necessárias para que todas as pessoas tenham uma vida digna. Eles refletem o compromisso do Estado com o bem-estar e a igualdade buscando uma equidade racial.

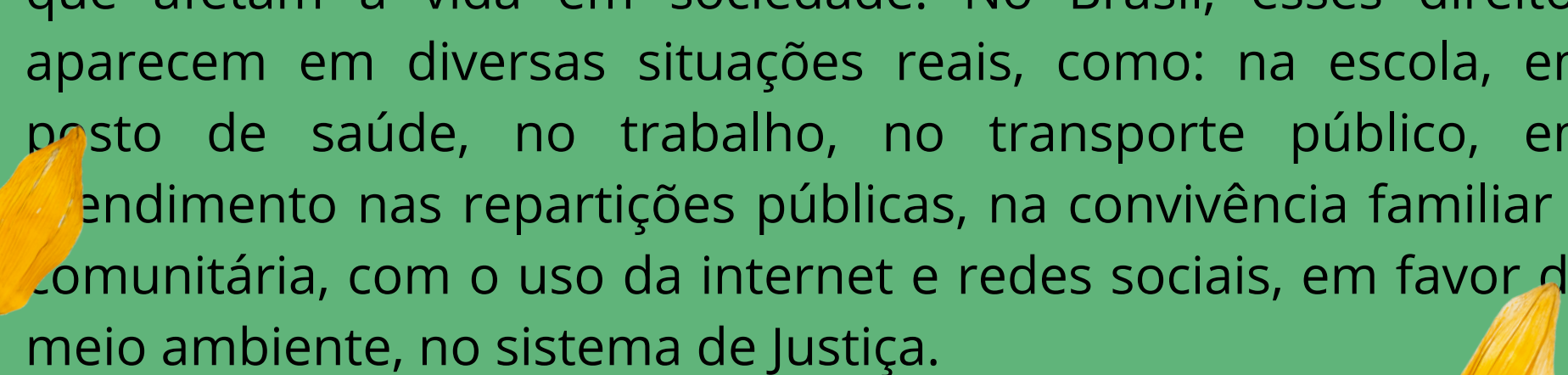



GARANTIAS FUNDAMENTAIS

As garantias fundamentais no Brasil são mecanismos jurídicos criados para proteger os direitos fundamentais da pessoa humana. Enquanto os direitos dizem o que cada cidadão possui (direito à vida, à liberdade, à educação etc.), as garantias dizem como esses direitos serão protegidos, assegurados e defendidos contra abusos do Estado ou de terceiros. Elas estão previstas principalmente no Título II da Constituição Federal de 1988.



SITUAÇÕES REAIS DO
DIA A DIA EM QUE
OS DIREITOS
HUMANOS ESTÃO
PRESENTES



Os direitos humanos não são algo distante ou presente apenas em leis. Eles fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, influenciando desde pequenas interações até grandes decisões que afetam a vida em sociedade. No Brasil, esses direitos aparecem em diversas situações reais, como: na escola, em posto de saúde, no trabalho, no transporte público, em atendimento nas repartições públicas, na convivência familiar e comunitária, com o uso da internet e redes sociais, em favor do meio ambiente, no sistema de Justiça.

EXEMPLOS PRÁTICOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS RELACIONADOS À ESCOLA E À COMUNIDADE



Na escola

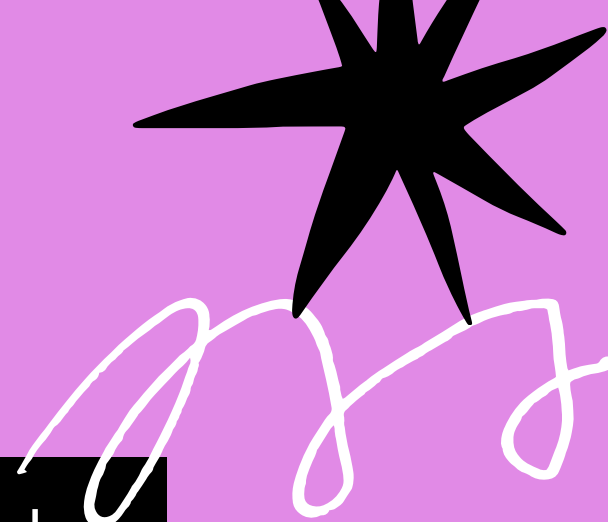
Bullying e agressões físicas ou verbais: É quando estudantes sofrem apelidos ofensivos, humilhações, empurrões ou ameaças, há violação da dignidade humana, do direito à segurança e do respeito à integridade física e psicológica.

Discriminação racial: São os casos em que alunos negros são alvo de piadas, exclusão ou tratamento desigual por parte de colegas ou até de profissionais e violam o direito à igualdade e a legislação antirracista.

LGBTfobia: É quando estudantes LGBTQIA+ sofrem agressões, xingamentos ou são impedidos de expressar sua identidade, há violação dos direitos de liberdade, identidade e respeito.

Falta de acessibilidade para estudantes com deficiência: A ausência de rampas, banheiros adaptados, materiais acessíveis ou apoio especializado viola o direito à inclusão, previsto pela Constituição e pela Lei Brasileira de Inclusão.

Negligência ou falta de proteção diante de violência: Situações em que casos de agressão, abuso ou bullying não recebem atenção da escola configuram violação do direito à proteção integral.



Na comunidade

Falta de saneamento básico: Esgoto a céu aberto, falta de água tratada ou ausência de coleta de lixo violam direitos à saúde, ao meio ambiente equilibrado e à qualidade de vida.

Violência doméstica: Agressões físicas, psicológicas ou econômicas dentro do lar violam direitos fundamentais à vida, à dignidade e à segurança, afetando especialmente mulheres, crianças e idosos.

Racismo e discriminação em espaços públicos: Ser impedido de entrar em estabelecimentos, ser seguido em lojas ou sofrer insultos motivados por raça, cor ou etnia violam o direito à igualdade e ao respeito.

Violência urbana: Assaltos, mortes, tiroteios e falta de policiamento adequado violam o direito de ir e vir e à segurança pública.

Falta de acesso à saúde: Filas extremas, falta de atendimento ou ausência de profissionais violam o direito à saúde, especialmente em áreas vulneráveis.

Trabalho infantil: Crianças que trabalham em feiras, semáforos ou em atividades perigosas têm violados os direitos à infância protegida, à educação e ao desenvolvimento pleno.

EXCLUSÃO, VIOLÊNCIA, PRECONCEITO E DESIGUALDADES

A exclusão ocorre quando pessoas ou grupos são impedidos de acessar direitos básicos ou de participar plenamente da vida social. A violência no Brasil pode ser física, psicológica, sexual, simbólica ou institucional. Ela atinge especialmente jovens, mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas e populações periféricas. O preconceito é uma atitude baseada em julgamentos, estereótipos e visões negativas sobre pessoas ou grupos. Ele gera discriminação e exclusão.

O PAPEL DO CIDADÃO NA GARANTIA DOS PRÓPRIOS DIREITOS HUMANOS

No Brasil, a proteção dos direitos humanos não é responsabilidade apenas do Estado. Cada cidadão também tem um papel fundamental na defesa e na promoção desses direitos, tanto para si quanto para as outras pessoas. Isso significa agir de forma consciente, participar da vida social e utilizar os mecanismos existentes para reivindicar aquilo que está garantido pela Constituição. O cidadão brasileiro garante seus direitos humanos quando: conhece, participa, exige, respeita, fiscaliza, denuncia e apoia.

É essa postura ativa e responsável que transforma a sociedade e fortalece a democracia.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA (CONSELHOS, MOVIMENTOS, INICIATIVAS LOCAIS)

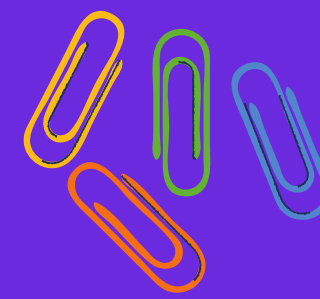
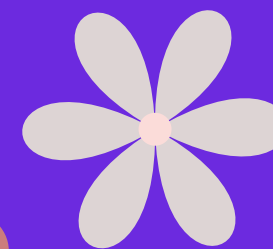
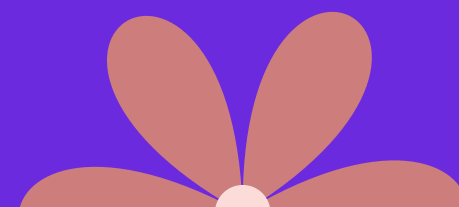
No Brasil, a participação democrática se dá quando os cidadãos influenciam decisões e políticas públicas por meio de conselhos, movimentos sociais e iniciativas locais. Conselhos escolares, de saúde ou de direitos permitindo que a comunidade discuta e proponha melhorias. Movimentos sociais organizam ações coletivas para reivindicar direitos e justiça. Iniciativas locais, como mutirões e projetos comunitários, fortalecem a cidadania. Essas práticas garantem que todos possam contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

POR QUE APRENDER SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No Brasil, temos que aprender e falar sobre direitos humanos porque eles são a base da convivência justa, democrática e igualitária. Conhecer esses direitos permite que cada pessoa identifique injustiças, proteja a própria dignidade e defenda a dos outros. Eles ajudam a combater violência, preconceito, discriminação e desigualdades que ainda existem na sociedade. Além disso, falar sobre direitos humanos fortalece a cidadania, a participação social e a construção de políticas públicas mais justas. Em resumo, eles são essenciais para garantir que todas as pessoas vivam com liberdade, respeito e oportunidades iguais.

COMO A ESCOLA PODE CONTRIBUIR PARA A SUA FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Nas aulas de Filosofia, a escola contribui para a formação em direitos humanos ao promover reflexão crítica sobre ética, liberdade, igualdade e dignidade, relacionando conceitos à vida cotidiana. Atividades como debates, estudo de casos e produção de textos ajudam os estudantes a questionarem preconceitos e desigualdades, a agir com respeito, empatia e participar de forma cidadã para o desenvolvimento da sociedade da qual esses estudantes fazem parte.



QUAL É A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ QUANDO A QUESTÃO É DIREITOS HUMANOS

A participação cidadã dos brasileiros é fundamental para garantir e fortalecer os direitos humanos porque transforma o conhecimento em ação. Quando os cidadãos se envolvem em decisões sociais, políticas e comunitárias, eles cobram políticas públicas justas, fiscalizam abusos e defendem os direitos de todos, inclusive os de grupos vulneráveis. Além disso, a participação cidadã ajuda a combater preconceitos, desigualdades e violências, promovendo respeito, solidariedade e inclusão. Em resumo, cidadãos ativos são essenciais para construir uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, onde os direitos humanos não fiquem apenas no papel.

OBJETIVO DA PESQUISA REALIZADA EM SALA DE AULA, COM ESTUDANTES CAPIXABAS SOBRE DIREITOS HUMANOS

A pesquisa possibilitou a coleta de dados e experiências, a compreensão e aplicação do significado dos direitos humanos na vida em sociedade, através do ato de filosofar, buscando resolver a falta de conhecimento sobre os direitos humanos, a qual tem dificultado a humanização dos estudantes no ensino médio.

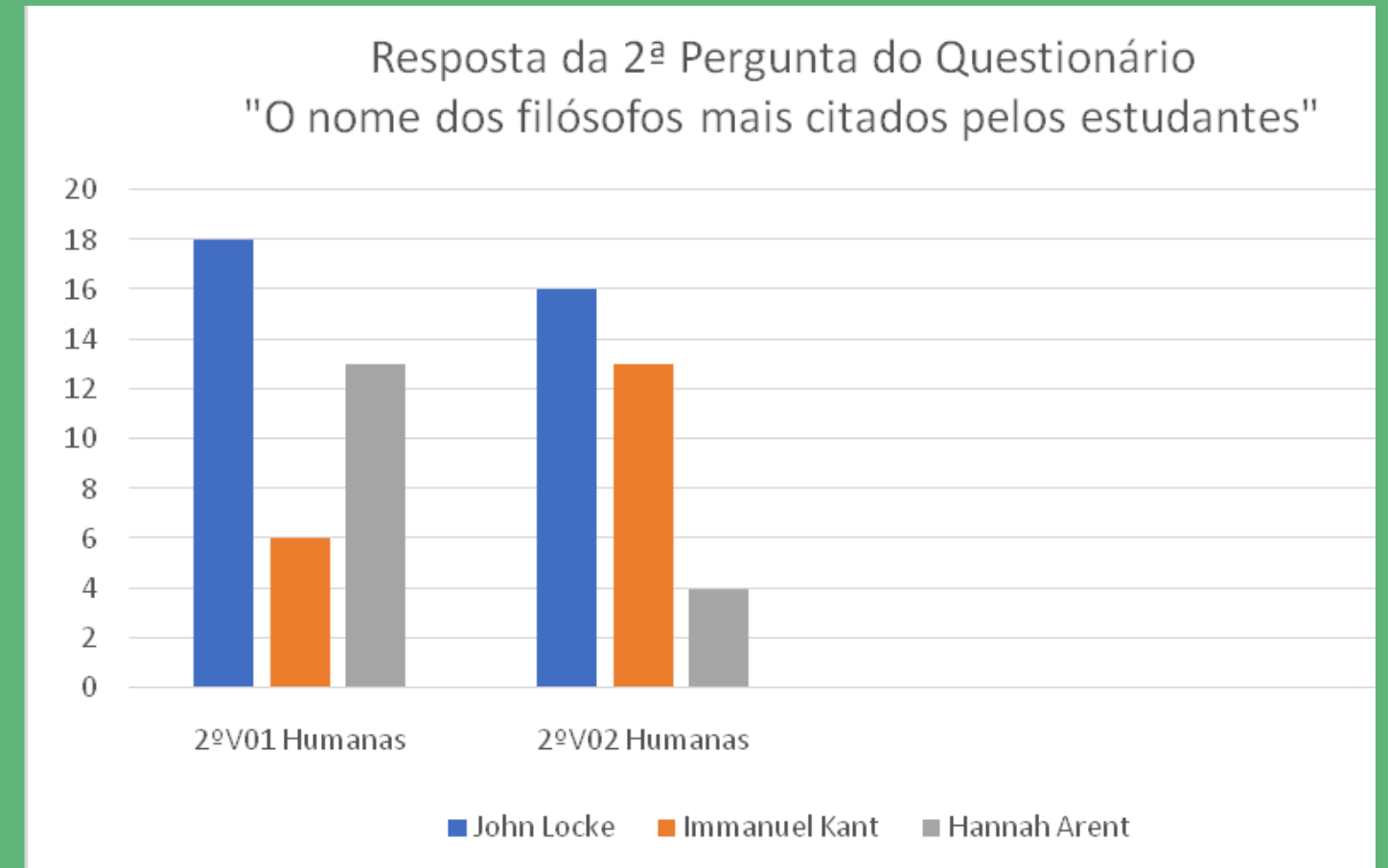
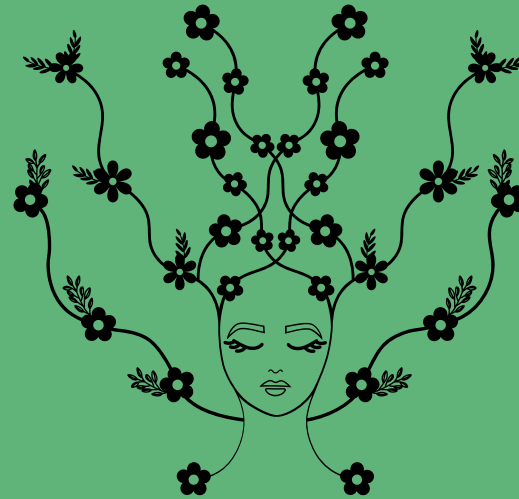


DADOS

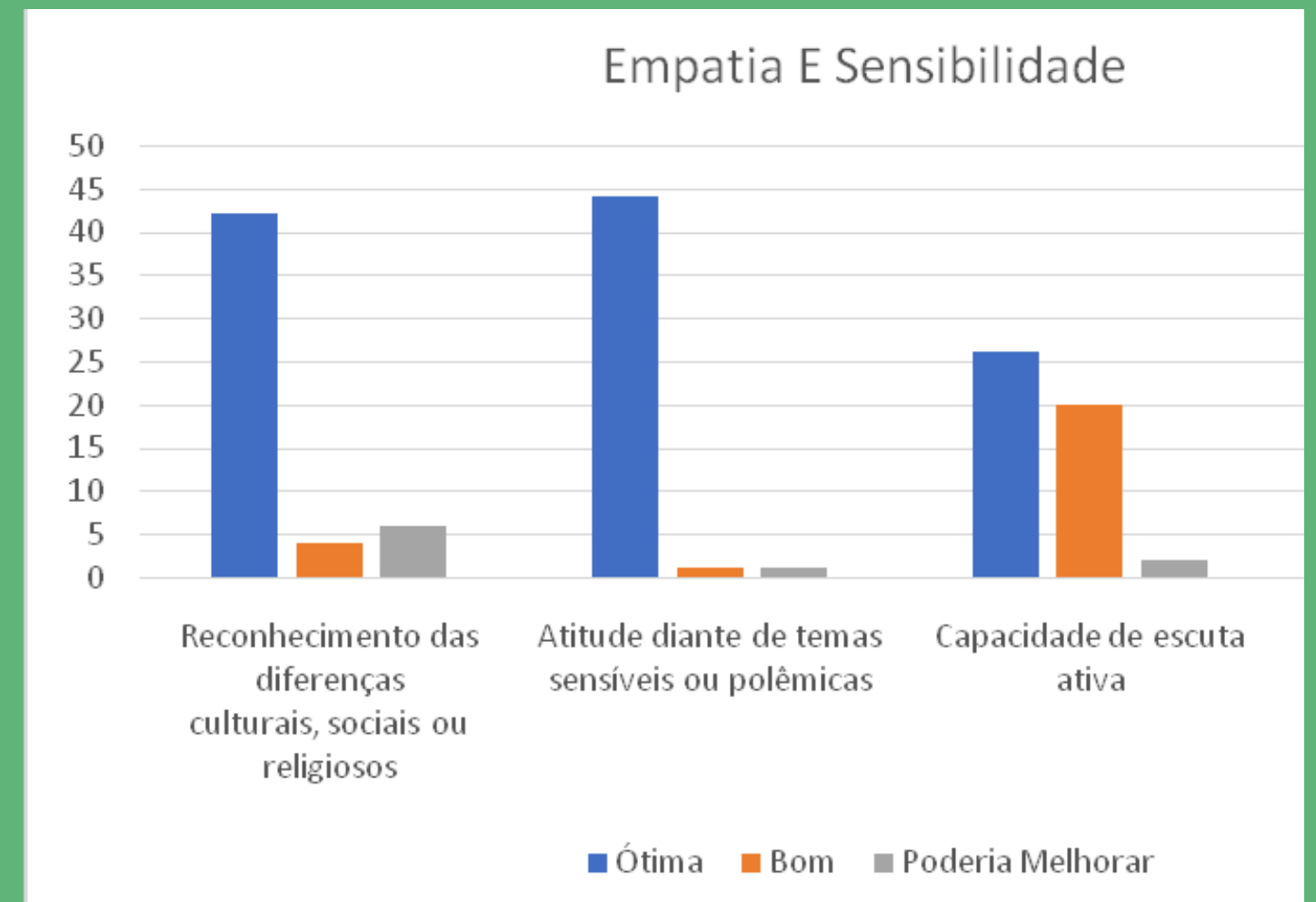
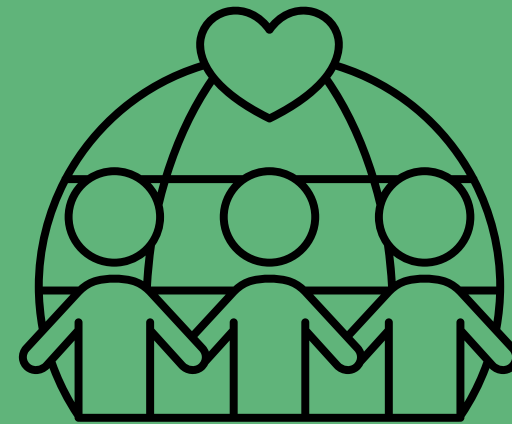
QUANTITATIVOS/QUALITATIVOS

Os dados da pesquisa com os estudantes capixabas foram coletados com os dados abaixo:

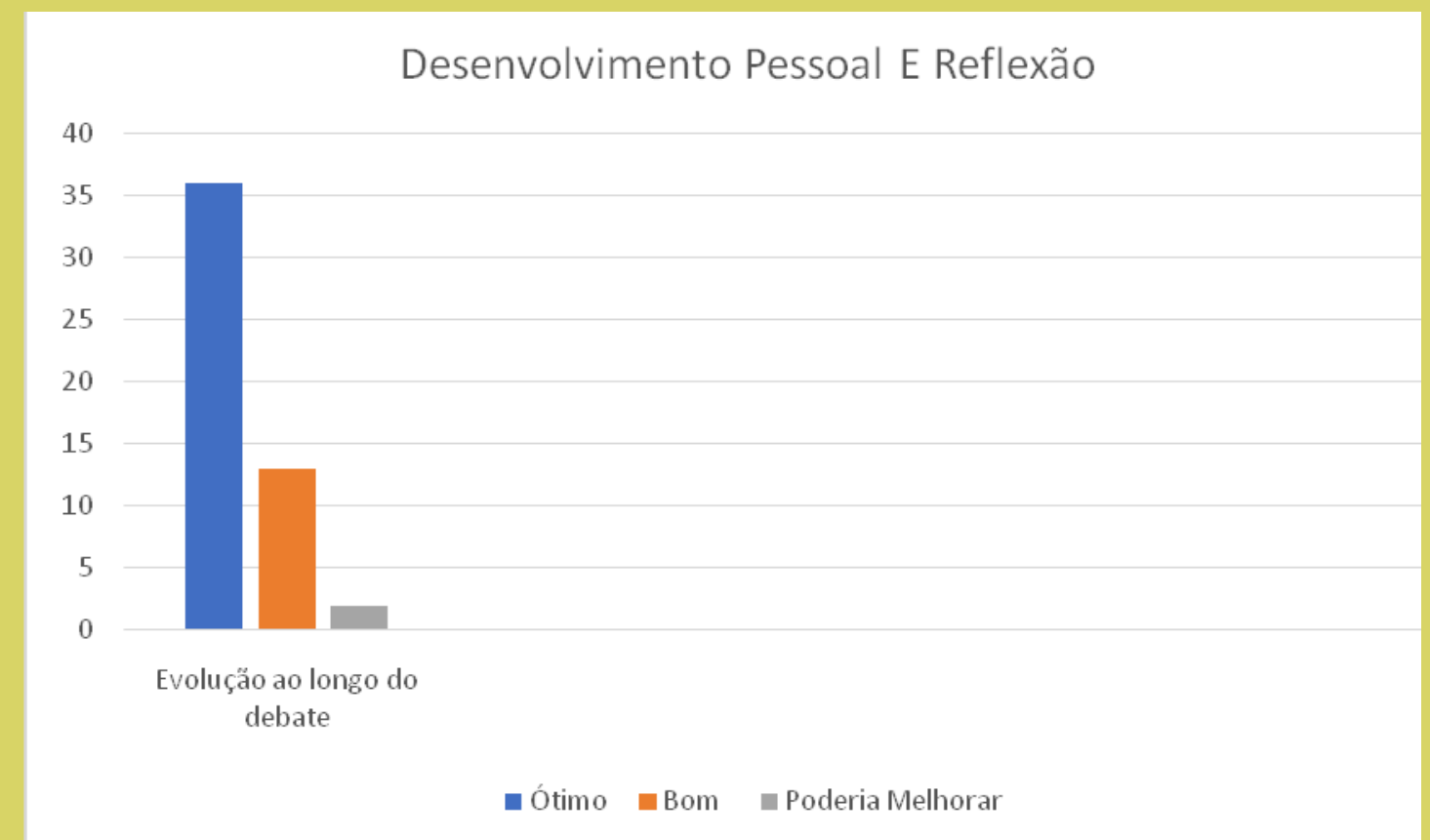
O nome dos filósofos mais citados pelos estudantes que escreveram sobre os direitos humanos.



Empatia e sensibilidade dos estudantes para conhecerem as diferenças culturais, sociais e religiosas. Atitudes diante a temas sensíveis e polêmicos e capacidade de escuta ativa.

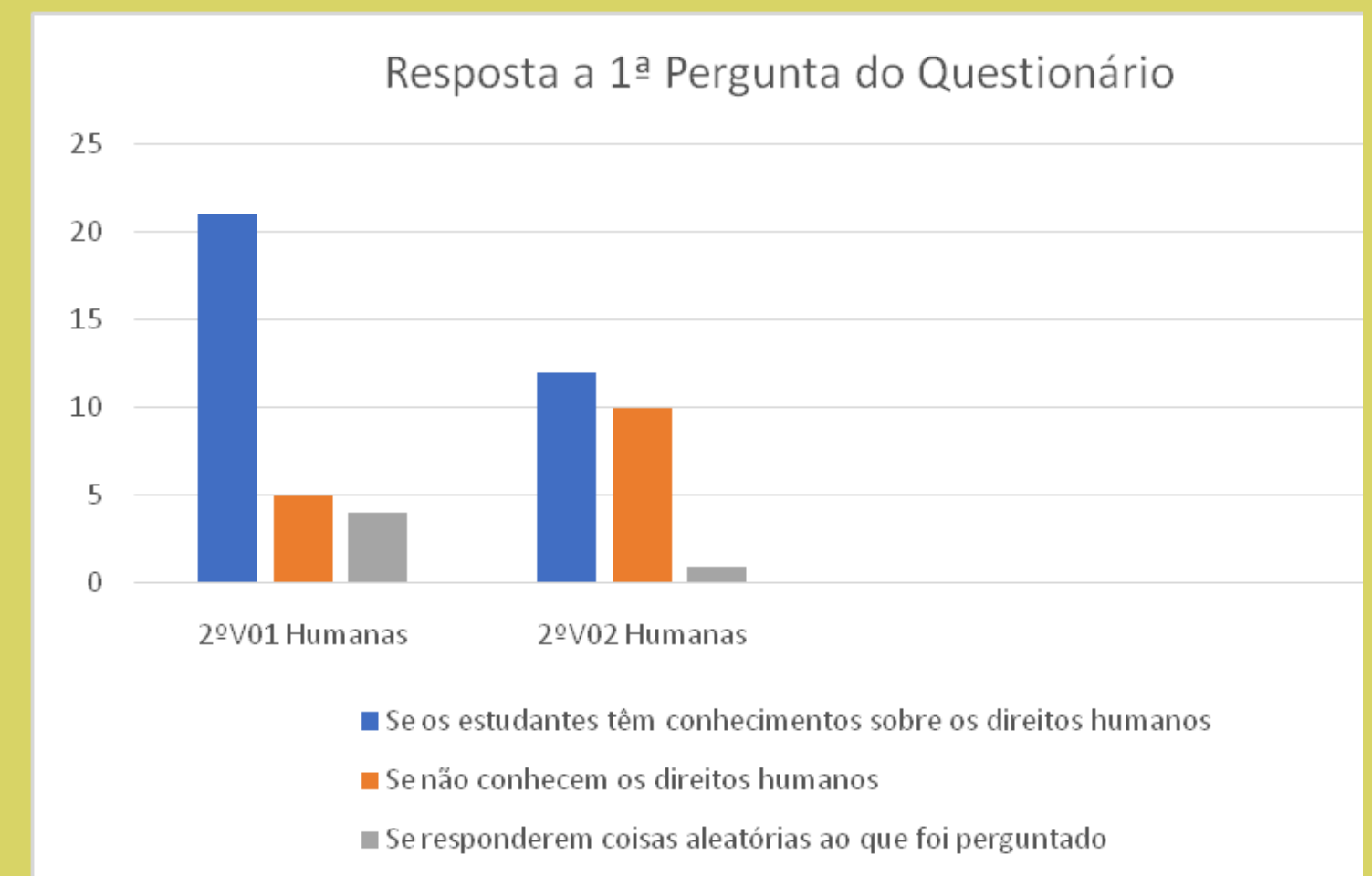


Quanto ao desenvolvimento pessoal e à reflexão, houve uma evolução considerável dos estudantes ao longo do estudo sobre os direitos humanos.



PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES CAPIXABAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

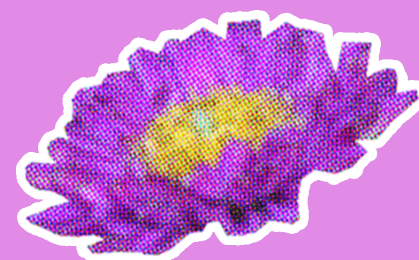
Quanto às percepções dos estudantes capixabas sobre os direitos humanos, os dados mostram que, a cada 10 alunos da turma 2º V01 (Humanas), 7 conhecem ou já ouviram falar nos direitos humanos; e na turma 2º V02 (Humanas), 50% (cinquenta por cento) dos alunos conhecem ou já ouviram falar nos direitos humanos.



O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE O CONHECIMENTO E A VIVÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS PELOS ESTUDANTES CAPIXABAS ANTES E DEPOIS DE ESTUDAREM ESSES DIREITOS NA ESCOLA



Antes de estudarem os direitos humanos, os alunos desconheciam os direitos principalmente os direitos humanos, não tinham atitude filosófica, nem senso crítico, haja vista que essas características serem identificados nas aulas de filosofia quanto os assuntos de direitos humanos eram colocados para debates. E após as aulas e realização de oficinas legislativas, encontrou um estudante praticante do filosofar por si mesmo e pelo outro, demonstrando uma atitude filosófica, com senso crítico, frente aos direitos humanos. Esses estudantes se sensibilizaram passando a ser conhecedor, vivenciador, respeitador, defensor e divulgador dos direitos humanos.




PONTOS DE ATENÇÃO E ASPECTOS POSITIVOS IDENTIFICADOS NO APRENDIZADO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA




Pontos de atenção

Os estudantes apresentaram desconhecimento ou compreensão parcial dos direitos humanos. Tiveram dificuldade em identificar violações no dia a dia. Apresentaram baixa percepção sobre a participação cidadã. Mostraram ter forte influência de preconceitos e estereótipos. apresentaram pouca conexão entre teoria e prática.



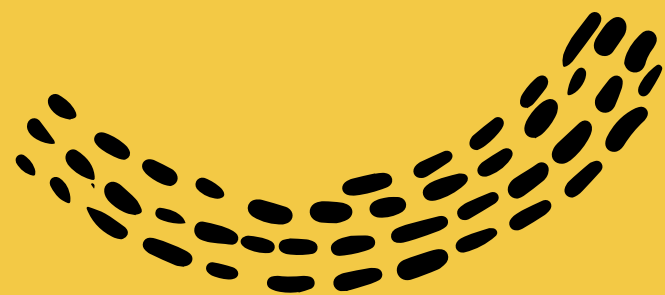
Aspectos positivos

Tiveram interesse pelo tema. Mostraram sensibilidade para situações de injustiça; Apresentaram disposição para ações coletivas. Foram capazes de realizar reflexões éticas, jurídicas e morais. Reconheceram a importância da educação em direitos humanos.





TRECHOS SELECIONADOS DE
FALAS E ESCRITOS DOS
ESTUDANTES CAPIXABAS
QUANDO ESTUDARAM OS
DIREITOS HUMANOS



- ✦ “Em parceria com o ministério da educação, seria elaborado um calendário de conscientização para lecionar sobre o respeito e ensinar sobre a história da luta LGBTQIA+, promovendo sobre o respeito e o fim da ignorância (poderia ser incluído nesse calendário termos como a conscientização negra e o feminismo também).”
- ✦ “Uma solução eficaz para proteger crianças e adolescentes no ambiente virtual seria a criação de uma plataforma nacional de navegação segura (PNNS), desenvolvida com apoio do governo e oferecida gratuitamente. A plataforma funcionaria como um navegador adaptado para o público infantojuvenil, com filtros automáticos que bloqueiam conteúdos impróprios, como violência, pornografia e desafios perigosos.”
- ✦ A respeito do tema específico "Proteção à população LGBTQIA+", discutido nos trabalhos das oficinas, numa das turmas participantes, a 2ª V02 (Humanas), os estudantes demonstraram sensibilidade quanto ao assunto, inclusive propondo ideias e aprovando o relatório. Mas, quanto ao mérito do debate e à identificação com as ideias em pauta, reprovaram a indicação de leis que pudessem regular essa questão. Ao serem questionados pelo professor sobre quais motivos os levaram a criar as ideias e aprovarem o relatório, mas na votação reprovarem, os estudantes responderam que “a religião não permite”, e ainda “eles na deles e nós na nossa”, etc.

A QUEM PROCURAR QUANDO SOFREMOS OU PRESENCIAMOS UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Quando alguém sofrer ou presenciar uma violação de direitos humanos no Brasil, pode procurar diferentes órgãos e instituições responsáveis pela proteção e defesa da cidadania. A primeira opção é comunicar a escola ou a unidade de saúde, quando a situação envolver estudantes, crianças ou comunidades locais. Também é possível denunciar ao Disque 100, serviço nacional que recebe denúncias de violações contra qualquer pessoa. A Defensoria Pública e o Ministério Público atuam na proteção jurídica de vítimas e na investigação de abusos. Em casos de violência imediata, é necessário acionar a Polícia Militar (190). Conselhos tutelares, delegacias especializadas, ONGs e serviços municipais de assistência social também podem oferecer apoio e encaminhamento seguro.

BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS DOS ESTUDANTES PARA ESTUDAR DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA E ALÉM DELA

Nas aulas de Filosofia voltadas ao estudo dos direitos humanos, as boas práticas dos discentes incluem participar ativamente das aulas expositivas e dialogadas, trazendo questionamentos e fazendo reflexões éticas, jurídicas e sociais. A análise de vídeos curtos ajudou a relacionar conceitos filosóficos a situações reais de respeito ou violação de direitos. O preenchimento de questionários favoreceu a organização das ideias e o desenvolvimento do pensamento crítico. Nas oficinas legislativas com relatórios,, os estudantes exercitaram a criação de propostas de leis que promovem justiça e igualdade. Já o uso de fichas observacionais pelo professor incentivou a responsabilidade, a autonomia e a postura cidadã ao longo do processo, bem como estimulou o compromisso, a autonomia e o engajamento dos estudantes no processo de ensino/aprendizagem.



COMO RECONHER UMA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Reconhecer e identificar quando alguém é excluído, humilhado ou tratado de forma desigual ajuda a perceber injustiças. Ao verificar essas violações, o estudante e o professor podem refletir, registrar e agir,, denunciando ou promovendo a conscientização. Assim, todos fortalecem a sua cidadania e contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.



PASSOS PRÁTICOS PARA CONHECER, IDENTIFICAR, CRIAR E EXERCER OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Para conhecer, identificar, criar e exercer os direitos humanos no Brasil, é fundamental, primeiro, aprender sobre eles, estudando a Constituição, as leis e os tratados internacionais. Em seguida, observar a realidade ao redor, reconhecendo situações de respeito ou violação de direitos. Depois, participar ativamente, propondo soluções e iniciativas em escolas, comunidades ou movimentos sociais. Também é importante denunciar abusos e proteger os direitos de todos, especialmente os de grupos vulneráveis. Por fim, praticar atitudes de respeito, solidariedade e cidadania, tornando os direitos humanos uma realidade no dia a dia.

ATITUDES QUE PROMOVEM O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

As principais atitudes que promovem o respeito aos direitos humanos na escola e na sociedade incluem tratar todas as pessoas com dignidade, igualdade e empatia, independentemente de raça, gênero, religião ou condição social. Também envolvem combater qualquer forma de discriminação, como racismo, machismo e LGBTfobia, e agir com diálogo e respeito nas relações cotidianas. Cabe a cada um participar de iniciativas comunitárias e defender quem sofre injustiças, de modo a fortalecer a sua cidadania. Além disso, é essencial valorizar a diversidade, reconhecer direitos e responsabilidades e denunciar violações sempre que necessário. Juntas, essas atitudes ajudam a construir uma sociedade mais justa, humana e inclusiva.

A COLABORAÇÃO, A EMPATIA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PROPORCIONADOS PELO CONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS E DA FILOSOFIA NO BRASIL

O estudo dos direitos humanos e da Filosofia no Brasil promove a colaboração, a empatia e a mediação de conflitos ao incentivar os estudantes a refletirem sobre valores como justiça, respeito e dignidade. Esses conhecimentos ajudam a compreender diferentes perspectivas, reconhecendo o outro como sujeito de direitos. Assim, os jovens tornam-se mais capazes de dialogar e cooperar na resolução de problemas coletivos. A empatia é fortalecida ao identificar situações de sofrimento e injustiça. Já a mediação de conflitos se torna mais eficaz quando baseada na ética, no diálogo e na busca por soluções pacíficas e equilibradas.

A IGUALDADE RACIAL, DE GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E INCLUSÃO PELO VIÉS DOS DIREITOS HUMANOS E DA FILOSOFIA NO BRASIL

Pelo viés dos direitos humanos e da Filosofia, a igualdade racial, a de gênero, a diversidade sexual e a inclusão são princípios que afirmam que todas as pessoas possuem igual valor e dignidade, devendo ter suas identidades respeitadas. Esses campos do conhecimento mostram que discriminações baseadas em cor, sexo, orientação sexual ou deficiência são injustas e violam direitos fundamentais. A Filosofia contribui ao promover reflexão crítica sobre preconceitos e estruturas de poder. Já os direitos humanos oferecem a base legal que garante proteção e participação plena para todos. Assim, escola e sociedade são chamadas a promover respeito, reconhecimento e oportunidades iguais, combatendo qualquer forma de exclusão.

POR QUE PROTEGER A DIVERSIDADE E FORTALECER A DEMOCRACIA NO BRASIL COM UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Proteger a diversidade e fortalecer a democracia no Brasil por meio de uma educação filosófica em direitos humanos é fundamental porque ela desenvolve nos estudantes a capacidade de pensar criticamente sobre justiça, igualdade e respeito às diferenças. Ao refletirem filosoficamente sobre preconceitos, violências e desigualdades, os jovens aprendem a reconhecer e valorizar a pluralidade presente na sociedade. Essa formação estimula o diálogo, a empatia e a compreensão do outro como sujeito de direitos. Além disso, fortalece a participação democrática ao incentivar a argumentação, a tomada de decisões conscientes e o compromisso com o bem comum. Assim, a escola contribui para uma sociedade mais ética, inclusiva e verdadeiramente democrática.



CONVITE AO ENGAJAMENTO NOS DIREITOS HUMANOS E NA FILOSOFIA

Convido vocês a se engajarem nos direitos humanos e no ato de filosofar, reconhecendo que pensar, questionar e agir são caminhos para transformar o Brasil em um lugar mais justo e humano. Ao refletirmos sobre nossas atitudes e sobre a realidade ao nosso redor, percebemos que cada pessoa tem valor e merece respeito. O estudo da Filosofia e dos direitos humanos nos inspira a combater desigualdades, preconceitos e violências. Participar dessa construção significa contribuir com ideias, ações e solidariedade. Juntos, podemos fortalecer a democracia e promover uma convivência baseada na dignidade e na igualdade para todos com justiça social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desta cartilha evidenciou a importância de um ensino de direitos humanos articulado à filosofia, capaz de promover reflexão, criticidade e humanização entre os estudantes. A proposta pedagógica adotada mostrou que, quando convidados a pensar e a se perceber como sujeitos de direitos, os alunos ampliam sua compreensão sobre si e sobre o outro. Apesar dos desafios ainda presentes, especialmente em temas como a proteção à população LGBTQIA+, os resultados alcançados revelam avanços significativos. As oficinas, os debates e as atividades vivenciais consolidaram aprendizagens e despertaram protagonismo estudantil. Assim, o projeto reafirmou a necessidade e o potencial transformador de uma educação em direitos humanos contínua, crítica e emancipatória.





Agradecimentos

Agradeço à minha esposa Rubia, que com sua ajuda tecnológica contribuiu de forma decisiva para a confecção desta cartilha. À minha filha Ana Beatriz, que em parceria com a sua mãe, também contribuiu de forma colaborativa para a realização da cartilha. Por fim, agradeço ao professor Antônio Vidal Nunes, que de forma supervisionada finalizou este trabalho de modo a torná-lo acessível a todos.

OBRIGADO

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gustavo Corrêa. **Princípio Fundamental da dignidade humana e sua concretização jurídica**. Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5005d7e7-eb21-4fbb-bc4d-12affde2dbbe. Acesso em 20 jul. 2024.
- BAMBIRRA, Felipe Magalhães. **O sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais**. Faculdade de Direito da UFMG. Minas Gerais. 2014.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 285 - 298.
- KROHLING, Aloísio. **Direitos Humanos Fundamentais**. Diálogo Intercultural e democracia. São Paulo: Editora Paulus, 2009.
- Pauline de Moraes Chemin. **Importância do princípio da dignidade humana**. Consultor Jurídico, 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-jan-23/importancia_principio_dignidade_humana_constituicao_88/. Acesso em: 20.jan.2024.